

BISPO AUXILIAR DE LISBOA

D. Carlos Moreira Azevedo

A relação entre o Estado e a Igreja Católica em Portugal

Como caracteriza a relação entre a Igreja Católica e o Estado em Portugal?

As relações da Igreja Católica com o Estado Português têm sido marcadas pelo diálogo e pela cooperação em favor da sociedade. Alguns recentes sintomas de mal-estar existentes em algumas instituições da Igreja explicam-se pela morosidade na aplicação da Concordata de 2004. O atraso na sua aplicação levou alguns departamentos do Estado a iniciar processos de regulamentação isolados. Como são várias as frentes e as dificuldades faz pensar que talvez exista alguma perspectiva laicista da velha guarda a influenciar os processos.

Em que medida a Concordata de 2004 actualiza a Concordata de 1940?

Os campos em que há necessidade de acordo e sobre os quais se debruça a Nova Concordata são semelhantes aos da Concordata anterior, mas a “filosofia” que presidiu à composição é muito diferente, quer do lado do Estado após a aprovação da Lei da Liberdade Religiosa, quer da Igreja Católica, após a perspectiva lançada pelo II Concílio do Vaticano. Há uma visão nova que se espelha no novo figurino. Existem realidades novas como a Universidade Católica que é referida expressamente na recente Concordata.

Como caracteriza este impasse nas negociações com o Governo para a regulamentação da Concordata?

A Igreja Católica vai deixando correr o tempo, pois enquanto não houver regulamentação da nova Concordata, para não haver vazio legal, rege-se pela anterior regulamentação, em alguns domínios. Da parte do Estado

aconteceu a ausência de nomeação dos representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer para a Comissão Paritária, quer para a Comissão Bilateral, que entretanto ocorreu e já estão a trabalhar. À Comissão paritária compete interpretar de modo autêntico o texto concordatário em pontos em que apenas se lançam orientações, sem especificar as consequências. A regulamentação será trabalho de vários ministérios, estando alguns finalmente em elaboração.

Em especial, poderia falar-nos um pouco sobre as dificuldades em três áreas chave, nomeadamente, a educação, a solidariedade social e as capelanias hospitalares e prisionais?

A área da educação, em profunda evolução na sociedade portuguesa, é particularmente sensível para a Igreja, pois a educação faz parte integrante da sua missão. Há campos que necessitam de coordenação com os serviços estatais como o ensino religioso escolar, que dê seguimento ao artigo 19º da Concordata. A oferta obrigatória da disciplina está constantemente posta em causa pelas condições dadas nas escolas e pela legislação que vai sendo publicada, tendente a esvaziar o carácter curricular da disciplina. Tem sido difícil abrir um processo negocial. Também a Escola Católica, que acaba de ter orientações da Congregação romana que tutela este sector, precisa de garantir justa autonomia de projecto educativo, de modo a garantir a sua especificidade, segundo o art. 21.º da Concordata. A ameaça da criação de um sistema de “pré-escolar” público, paralelo ao que existe disponibilizado pela Igreja Católica viola o princípio da subsidiariedade de um Estado contemporâneo.

A área da solidariedade social representa um vasto lugar da Igreja na sociedade onde a cooperação do Estado tem sido garantida. É preciso agilizar os trabalhos conjuntos entre o Ministério e os Serviços da CEP. Chamamos a atenção para alguns problemas: Manter a possibilidade dos pais escolherem entre a resposta pública de prolongamento de horário escolar e os ATL permitiria verificar como muitos pais preferem o tipo de acompanhamento que é oferecido nas propostas de ATL.

Há uma violação do pacto de cooperação, que garantia que nada seria sujeito a nova legislação sem serem ouvidas as partes. Ora o pacote de transferências de competências para as Autarquias, que se desenha e do qual tivemos conhecimento, reduz os centros sociais a meros “parceiros executores”.

Algumas inspecções realizadas a IPSS exorbitam nas exigências e tornam inviável a sobrevivência das instituições. Medidas mais graduais conseguiriam resultados mais eficazes. O Estado esquece que apenas suporta 42% dos custos das instituições e que ao fazer exigências devia participar nas soluções.

No que diz respeito às capelanias hospitalares, a Igreja Católica não poderá aceitar a interpretação do art.º 18º da Concordata como garantindo, apenas, o livre acesso dos capelães e assistentes espirituais aos Estabelecimentos de Saúde ou Prisionais, quando forem chamados. As capelanias têm um papel importante na “humanização” dos estabelecimentos, são normalmente servidas por padres a tempo inteiro, que têm direito a uma justa remuneração, nos termos legais a acordar. O acompanhamento espiritual das pessoas em situação de fragilidade é um serviço que o Estado, atento à globalidade do ser humano e respeitador do pluralismo. Em alguns hospitais não existem capelães e alguns nomes indicados para o Ministério demoram a ser confirmados. Sucedem-se as situações de dificuldade na contratação de Capelães, quer em Hospitais EPE, quer em Hospitais SPA.

Aguarda-se a conclusão da elaboração do Diploma Legal sobre a Assistência Espiritual e Religiosa no Serviço Nacional de Saúde, regulamentando de um modo articulado a Concordata de 2004 e a Lei da Liberdade Religiosa, no horizonte das orientações estratégicas constantes do Plano Nacional de Saúde;

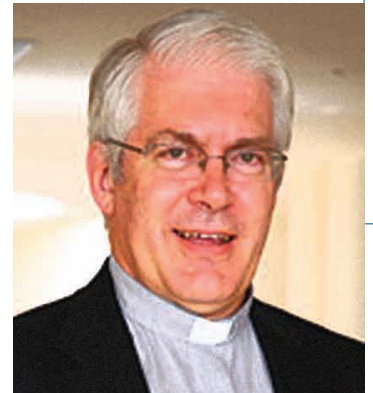
Esperamos que se chegue a um Regulamento da Assistência Espiritual e Religiosa no Serviço Nacional de Saúde, que recupere do atraso e coloque a práxis desta dimensão dos cuidados de saúde em Portugal ao nível dos demais países da Europa e do Ocidente. Urge uma resposta por respeito para com os direitos dos Doentes.

Os estabelecimentos Prisionais centrais e Especiais têm direito a um Assistente Religioso devidamente nomeado pelo Ministro da Justiça, por proposta do Bispo diocesano e por intermédio do Director Geral e com direito a re-

muneração (Art.14º Dec. Lei n.79/83 de 9 de Fevereiro), segundo as horas de serviço. Quanto às cadeias Regionais regem-se pelo mesmo D.L. Art.15º. Não têm vencimento estabelecido, mas estão abrangidas por uma avença, de renovação anual, como acontece com outro pessoal contratado. O Director-Geral dos Estabelecimentos Prisionais tem neste momento avenças suspensas e Capelães não confirmados, alegando falta de verba.

Como é que caracteriza o ecumenismo e o diálogo inter-religioso em Portugal?

A presença pouco representativa de confissões cristãs e de outras religiões em Portugal não evidencia o trabalho escondido realizado já há muitos anos em encontros ecuménicos e desde há alguns anos em iniciativas de diálogo inter-religioso, sobretudo após os encontros de Assis, por iniciativa de João Paulo II. Em cada diocese desenvolvem-se relações fraternas entre as Igrejas, sobretudo no Porto e em Lisboa. Momento mais intenso ocorre na Semana de oração pela unidade dos cristãos no final de Janeiro de cada ano. Há também colaboração de várias igrejas na edição da Bíblia e em acções sociais. Entre os jovens cresce este espírito e um Fórum de jovens tem sido promovido todos os anos por responsáveis das várias Igrejas. A ligação a Taizé também joga um papel interessante em ordem a uma espiritualidade ecuménica.



Como é que se articula a igualdade entre religiões e o papel histórico do catolicismo na vida portuguesa?

Mesmo com grandes diferenças de implantação na sociedade portuguesa, há hoje a presença crescente de experiências religiosas diversas. O respeito pela realidade histórica e pela opção actual dos cidadãos deve obrigar o poder político a não tratar como igual o que é diferente. Por isso além da Lei da Liberdade Religiosa, existe a Concordata.

Claro que em contexto pluralista, multicultural e multi-religioso, é necessário que as religiões se abram umas às outras, em visão plural, sem absolutizar credos, mas aprendendo a conviver e a exprimir-se com as outras. O processo em direcção a um multiculturalismo é evidente. Requer tempo e cria dificuldades. A América está mais habituada. Basta pensar nos Estados Unidos, Canadá, Brasil. Nasceram sobre este encontro multicultural de povos e religiões. Uma sociedade de uma só cultura,

uma só religião, um só modo de ver as coisas não existe, mas sim uma sociedade pluralista e multicultural.

Aliás, talvez o que nos identifique seja deixarmo-nos marcar pelos outros, pelo confronto com os outros. Integramos elementos da cultura islâmica, a influência judaica deixou marcas no nosso imaginário, até o fundo pagão foi integrado no catolicismo popular. O contacto com os diferentes determina a nossa identidade. Viajantes, carregámos na bagagem cultural os encontros do caminho. O acolhimento do outro abre a nossa identidade ao futuro do qual também temos saudade, mais na nostalgia de que venha do que na acção para que aconteça. Do que fomos no passado temos consciência saudosa e exaltada por um universalismo que nos faz sair de nós e permanecer vinculados à terra nas divergentes experiências e particularidades que nos caracterizam.

Será conveniente que as diversas religiões aceitem promover - como sugere o filósofo da política, Charles Taylor - os mesmos valores políticos fundamentais: liberdade, direitos humanos, respeito pela vida e pela centralidade da pessoa humana, igualdade, governo democrático. Para serem tratadas com igualdade de direitos, são chamadas a cumprir com idênticos deveres sociais.

Qual é o papel da Igreja Católica na sociedade civil portuguesa e quais são as suas perspectivas? Como devem/podem actuar os católicos no espaço público?

Na linha do que acabei de dizer, penso que há algumas funções a desempenhar pela Igreja Católica. No princípio de todas as religiões encontramos a Palavra ou mito que oferece ao ser humano um lugar na história, um sentido no conjunto da vida. Oferecer espaços para encontrar este sentido da vida é o primeiro serviço. Lemos a Palavra de Deus e entendemo-nos, entendemos a vida, entendemos os outros, entendemos o mundo. Então dizemos que Deus, nos seus desafios e nos seus critérios, no seu Reinado, chegou. Dizemos a fé para viver de modo novo.

Uma segunda função situa-se no campo social. Os problemas graves da miséria e da agressividade causada pela miséria podem ser solucionados apenas pelo essencial da religião que é o amor. Usar a religião, o apelo para Deus usado pela política para combater outros problemas é uma trágica ameaça para o futuro da humanidade. Fica por resolver a miséria. A instrumen-

talização da religião como cimento ideológico da luta política é tentação permanente.

A globalização está a fazer das nossas cidades uma “coleção de diásporas” como diz Zigmunt Bauman, sociólogo britânico de origem hebraico-polaca, teórico da modernidade líquida. Ou as religiões colaboram para a integração histórica, valorizando as diversidades, ou as cidades serão terreno de choque, de uma interminável guerra urbana. Será necessário substituir o medo do diferente pelo desejo de aprender do outro.

E apontaria uma terceira perspectiva.

A religião não serve só para dizer e fazer, mas também para gozar. A experiência celebrativa, vinculada à recordação mítica e ao rito, constitui um princípio essencial das religiões. É a vitória da graça, a festa da vida sobre o mundo. A festa de Jesus é o dia da plena graça, o ano eterno do perdão, da fraternidade, da esperança.

Oferecer alegria aos humanos: assim aparecem os criadores religiosos. À alegria e saciedade na esperança são admitidos os que não entram noutras festas: os recusados, os marginais da história. Para todos se oferece o tempo de festa, campo de ilusão e oração, de surpresa, gratuidade e esperança. Os crentes são ministros desta festa de vida partilhada e de louvor que se abre a todos os homens e mulheres da terra.

A nível internacional, fruto de livros como *The God Delusion* de Richard Dawkins e *God Is Not Great: How Religion Poisons Everything* de Christopher Hitchens, temos assistido a um desafio sobre a natureza e validade da própria religião, em que esta é considerada como algo de irracional, fonte de violência e incompatível com a ciência. Paradoxalmente, Michael Novak na *First Things* chamou a atenção para o facto de cerca de 91 % dos americanos afirmarem que acreditam em Deus. Como é que se compreende este paradoxo?

A investigação carrega ainda um grande peso ideológico e por isso revela contradições. Os estudos mais sérios que não visam derrubar o fenómeno religioso e prosseguir na tentativa de o situar numa fase primitiva do ser humano que com a civilização e progresso iria desaparecer, mas estudar os processos complexos dos mecanismos humanos sem terem teses prévias para demonstrar, é que nos fazem luz. Há nalguns trabalhos uma militância ateuísta que põem a ridículo os caminhos humanos da procura de Deus, ainda que resvalam quando embatem em crentes de profunda humanidade, cheios de sabedoria e visão profética.

A divulgação feita às obras e autores que refere mostra o seu carácter panfletário. Os crentes não podem responder recorrendo aos mesmos métodos. Estou convencido que a momentânea fama dos autores cairá com a rapidez que subiu e os cientistas ocupados com a religião permitirão reconhecer como o ser humano se plenifica com a dimensão religiosa. Concerteza que será

Ou as religiões colaboram para a integração histórica, valorizando as diversidades, ou as cidades serão terreno de choque, de uma interminável guerra urbana.

sempre necessário purificá-la de caricaturas, a que alguns a reduzem para a tentarem denegrir. A religião é uma tentativa sempre limitada e teimosamente mantida para conseguir o que só Deus pode realizar. Há no verdadeiro crente uma luta entre as imagens divinas sempre limitadas e o mistério de Deus que se auto-revela. Deus desfaz os caminhos religiosos e critica as representações de tendência idolátrica. A função dos profetas é falar em nome de Deus e pôr em causa as construções religiosas para as purificar continuamente, com grande pobreza espiritual e respeito pela transcendência de Deus.

A própria revista *The Economist*, que tinha publicado um obituário de Deus na sua edição do milénio, publicou no seu número de 3 Novembro de 2007, um relatório especial sobre religião e espaço público, afirmando que a religião terá um grande papel no século XXI. Concorda com esta avaliação? Mesmo numa Europa que parece discutir um futuro “pós-religioso”?

Não estamos num mundo pós-religioso, mas pós-secularista. A Europa, onde se vive mais o secularismo, não terá futuro se deixar que as regras de comportamento sejam pensadas ou justificadas com base na utilidade.

O Estado tem necessidade das religiões como tem necessidade de culturas, ideias, concepções do mundo. Reconhecer o valor da religião, o património de sapiência humana e espiritual, faz com que esse tesouro de humanidade não se confine a espaços privados, contribua para elaborar um ethos comum público que seja a base do viver colectivo. Os sistemas políticos têm necessidade de sistemas de valores de integração e não têm alternativa se não concederem às religiões espaço público.

O Estado laico não cria por si os valores sobre que se fundamente a sociedade. Vive de premissas que não pode garantir por si (grande jurista Ernst Wolfgang Böckenförde). Mas reconhece-os, aprecia-os e garante as suas condições na vivência colectiva de um povo, nas suas referências culturais, na sua civilização política e jurídica. O Estado não estabelece os valores de uma sociedade, a ética na qual o povo se deve reconhecer. Tal Estado seria totalizante e autoritário sobre o indivíduo e sobre a sua liberdade de consciência.

A meu ver o poder político deverá superar a relação de tolerância passiva no confronto com as religiões para assumir uma atitude de abertura activa. Compete dar espaço a uma sociedade civil verdadeiramente plural. A sociedade exprime os valores e o Estado apenas deve reconhecê-los. São as famílias, os grupos sociais, a escola, as comunidades cívicas os fundadores de uma moralidade pública, como tem sublinhado o experiente Le Roy Ladurie. O Estado deve saber regular positivamente os aspectos conflituais, ao serviço da pessoa e das suas exigências últimas (desejo de liberdade e felicidade, de realização), que faça próprios os grandes valores que fundamentam a convivência democrática (liberdades

O Estado não estabelece os valores de uma sociedade, a ética na qual o povo se deve reconhecer. Tal Estado seria totalizante e autoritário sobre o indivíduo e sobre a sua liberdade de consciência.

civis e políticas) gerada por corpos intermédios.

Requer-se uma nova laicidade, laicidade aberta, enquadrada por uma cultura aberta, de colaboração recíproca entre Estado e religiões, coexistência pacífica, com frutos positivos para ambos. Uma laicidade, entendida como de há três séculos para cá, uma laicidade sectária, intolerante ou quase fanática, torna-se anti-religião. Ora Estado laico não significa a-religioso ou anti-religioso. O velho laicismo é inadequado para compreender o contributo positivo da religião na sociedade.

Sendo a liberdade religiosa um direito humano básico, e tendo em conta que milhões de pessoas no mundo sofrem por não poder adorar o seu Deus, por exemplo na China e Darfur, o que é que as Igrejas e a sociedade civil podem fazer para melhorar esta situação?

Devem lutar, em todas as frentes, pela liberdade negada. Actuar como crentes, mesmo renunciando à visibilidade social, se necessário para garantir o essencial. Além da linguagem do protesto internacional, os crentes querem converter-se em servidores dos outros e especialmente dos necessitados. O serviço humano, a entrega em favor dos outros, forma parte das raízes religiosas da história. Crer em Deus implica entregar-se, de maneira livre e criadora, pelos outros, formando uma comunhão de libertados, isto é, de homens e mulheres que vivem em gesto de graça, sem imposição nem escravidão mútua. Com os crentes de outras religiões, os cristãos devem ser por definição testemunhas do amor universal; renunciar ao poder para criar uma comunidade com os pobres do mundo; ser testemunhas do poder da impotência. Não dispõem de força coactiva: não baseiam a sua acção em meios materiais, políticos, sociais, nem impõem com violência o seu ideal. Por isso têm a mais alta autoridade; são testemunhas de uma comunidade humana sobre o mundo; especialistas em acção fraterna para bem do conjunto dos humanos. Pretendem abrir para todos um caminho novo de existência libertada.

As motivações religiosas asseguram funções sociais a que o Estado dificilmente poderia prover: voluntariado, formas de ajuda e assistência pessoal. Será este o melhor modo de convencer os Estados da vantagem da liberdade religiosa, no centro da liberdade.